

O processo civilizador – formação do Estado e civilização

Do controle social ao autocontrole (por Norbert Elias)

Carolina Curassá Rosa de Souza

Com contribuições dos grupos de do professor

Norbert Elias inicia seu texto provocando o leitor ao questionar qual seria a relação entre a formação do Estado, com a centralização e monopolização do sistema fiscal e do uso legítimo da força com a “civilização”.

A resposta pode ser formulada abordando o processo civilizador como uma mudança na conduta e sentimentos humanos em uma direção bastante específica. Apesar das transformações não seguirem uma razão intencional, elas obedecem a uma ordem. Trata-se do aumento externo do controle das emoções que se converte em autocontrole. Assim, as ações humanas mais animais são excluídas do palco da vida cotidiana.

A análise do processo civilizador permite responder a um problema geral da mudança histórica: ela não é planejada, mas não se reduz ao surgimento ou desaparecimento aleatório de modelos desordenados. O que ocorre é que "planos e ações, impulsos emocionais ou racionais de pessoas isoladas, constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil", formando um tecido muito forte de planos e ações isolados, resultante da interdependência de pessoas, que leva a transformações sociais sobre as quais nenhum indivíduo havia pensado sozinho. Essa ordem não é irracional, como poderia propor os que acreditam que seria uma obra da natureza, nem racional, como argumentariam aqueles que se inspiram na “astúcia da razão” hegeliana, mas ocorre de um entrelaçamento social com mudanças empiricamente demonstráveis.

Toda a reorganização posterior ao feudalismo dos relacionamentos humanos foi acompanhada de mudanças correspondentes na estrutura da personalidade do homem. Esse novo entrelaçamento social exerce uma força irresistível que modela o maleável aparato psicológico humano. Designado como processo civilizador, essa dinâmica cega aos homens leva a um campo de ação mais vasto nas estruturas social e individual.

Norbert Elias destaca a importância da diversificação de funções sociais para a ocorrência de mudanças específicas na interdependência humana, a partir da qual se modela a personalidade “civilizadora”. Quanto mais diferenciadas e numerosas a teia de relações humanas, mais há dependência. Este processo de crescimento de interdependência humana gera a necessidade de uma organização rigorosa e coordenada da teia de ações para que cada um desempenhe bem sua determinada função.

Um exemplo pertinente para pensar na integração do indivíduo em uma sociedade se refere às formas de deslocamentos em diferentes épocas e lugares. Ao viajar pelas estradas de uma sociedade feudal, o homem precisava estar atento a um ataque de saqueadores ou mesmo a uma emboscada de inimigos de guerra. Hoje, o principal perigo não se apresenta como algo externo: o importante é não perder o autocontrole (conhecendo o código de trânsito de modo a automatizar uma conduta esperada no volante). Assim, nota-se uma variação no modelo de autocontrole ao longo do tempo, que é dependente da complexidade de determinada sociedade; Se for mais complexa, com mecanismos de monopólio centralizado do uso legítimo da violência, apresentando diversas funções sociais, “o tecido social tende a ser mais intrincado, o aparato sociogênico de autocontrole individual torna-se também mais diferenciado, complexo e estável”.

Quando a divisão de funções é baixa, as instituições sociais são relativamente instáveis e propensas à desintegração. Com o processo civilizador, os mecanismos feudais vão sendo pouco a pouco neutralizados e novas instituições, em particular associadas à monopolização do uso da força física legítima, são estabelecidas.

Um paralelo com o pensador inglês Thomas Hobbes pode aqui ser pertinente. Este autor, defensor do poder absolutista, considera que, ao entregar parte de suas liberdades individuais ao Estado (que passa a deter o controle da violência), o indivíduo tem em troca uma proteção diante de um mundo agressivo. Para Thomas Hobbes, o ser humano em sua essência é mal. Assim, o Estado forte poderá defendê-lo, favorecendo uma organização social mais harmoniosa. Evidentemente, Elias não compartilha esta ideia de uma maldade original dos seres humanos, na medida em que procura evidenciar o caráter historicamente determinado do comportamento humano.

Ao longo do tempo, esse monopólio estável do uso da força e do sistema tributário leva a automatismos e autolimitações individuais tão grandes que chegam a ser considerados como uma “segunda natureza”. Antes, a luta dos indivíduos era contra inimigos bastante tangíveis. Hoje, a luta é contra si mesmo. A busca por prestígio e *status* é o que predomina no dia a dia, tornando frustrações, angústias e ansiedades os maiores desafios a serem vencidos pelo homem ocidental moderno. Antes, era possível extravasar as emoções e viver picos afetivos. A liberdade emocional era sem igual. Hoje, há uma sensação maior de segurança, mas é preciso mais cuidado na demonstração espontânea das pulsões.

A violência já não é mais a física, o que se observa é aquela econômica. Por exemplo, é possível lembrar a imposição das vontades dos donos dos meios de produção sobre seus empregados. Tais relações de poder podem ser bastante coercitivas ao se pensar na pressão

exercida sobre o indivíduo para obter inserção social. Passa-se a sofrer as compulsões mais permanentes de funções pacíficas baseadas na aquisição de dinheiro ou prestígio. As oscilações do comportamento não desapareceram, mas se abrandaram.

O autor afirma também que os adultos induzem modelos de comportamento às crianças, que desenvolvem uma autossupervisão automática das paixões. A conclusão com êxito do processo civilizador individual é tornar-se um adulto bem integrado socialmente. Mas a contenção dos impulsos e das paixões, incorporada no processo de socialização, pode provocar diferentes graus de dor ou desconforto e, em algumas situações, tal processo não obtém êxito, resultando em casos considerados patológicos ou que fogem à normalidade da sociedade em questão.

Convém discutir um pouco mais este ponto. De acordo com Norbert Elias, o processo civilizador individual bem-sucedido é aquele em que “depois de todas as dores e conflitos do processo são finalmente estabelecidos um padrão de conduta bem-adaptado ao contexto das funções sociais adultas, um conjunto de hábitos de funcionamento satisfatório e simultaneamente (...) um balanço positivo de prazer”. No malsucedido, ocorre que “o autocontrole socialmente necessário é repetidamente comprado a um alto custo de satisfação pessoal, por um grande esforço para superar energias opostas da libido, ou o controle dessas energias, a renúncia à sua satisfação, não se alcança em absoluto”.

A recente notícia vinculada em muitos jornais sobre um homem, que já tinha sido repórter da emissora de TV WDBJ da Virgínia, que assassinou uma repórter e um cinegrafista durante uma transmissão ao vivo nos EUA permite pensar nestes processos civilizadores individuais. O criminoso era Bryce Williams, que havia sido demitido da referida emissora há cerca de dois anos. Ele mesmo filmou o crime e depois se matou. Bryce dizia que estava sendo perseguido por seus colegas de trabalho por ser negro e homossexual, o que levava a demonstrações de sua raiva na emissora. Com efeito, este caso permite pensar num processo civilizador individual não satisfatório.

No que diz respeito à satisfação direta do prazer, a vida adulta torna-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável. Tanto que muitos desejos e inquietações tornam-se reservados à fantasia.

Portanto, compreender o processo civilizador e a teia das relações sociais ajuda a observar como sentimentos repressados, que parecem não ter fundamento, são, na verdade, a luta entre a ânsia de satisfazer certos desejos e o autocontrole necessário à vida na sociedade atual. A extensão das interdependências, com maior nível da divisão de funções, é o que determina em primeiro lugar os surtos civilizadores.